



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

A DISCIPLINA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO REFLEXIVA

Edicléa Mascarenhas Fernandes: Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação / UERJ- Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) - ediclea@globo.com

Ana Cristina Freire da Silva: Graduanda do Curso de Pedagogia, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) - acfreire_uerj@yahoo.com.br

Helio Ferreira Orrico: Doutorando em Educação da UNESP/ Marília; pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) – horrico@globo.com

Annie Gomes Redig: Professora substituta do Departamento de Educação Inclusiva e Educação Continuada da Faculdade de Educação/ UERJ; pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) – annieredig@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade discutir a importância da disciplina “Prática Pedagógica em Educação Inclusiva” nos cursos de licenciaturas da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos períodos de 2006/2 e 2007/1, através de uma metodologia qualitativa, os alunos têm a oportunidade de expressarem-se com relação as suas vivências, dúvidas e anseios. De acordo com os relatos, podemos perceber que esta disciplina é fundamental para a formação dos futuros professores, visto que, é um espaço que poderão debater sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares.

Introdução

O presente estudo tem por objetivo mostrar a importância da disciplina “Prática Pedagógica em Educação Inclusiva”, na formação reflexiva dos alunos das licenciaturas nos períodos letivos de 2006/2 e 2007/1 da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Utilizamos abordagem qualitativa participante em que a partir dos relatos desses educandos avaliou-se o impacto da disciplina em suas atitudes sociais frente aos conceitos e práxis da educação inclusiva. A disciplina vincula-se aos projetos de Iniciação à Docência e Extensão, desenvolvidos pelos alunos e pesquisadores do Núcleo de Educação Inclusiva. De acordo com (FERNANDES; GLAT; ORRICO; REDIG; FEIJÓ, 2005):

a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na sociedade, seja no ensino regular, no mercado de trabalho, no lazer, enfim, possui como objetivo a



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

promoção de um cidadão com direitos e deveres igualmente aos demais indivíduos. Garantindo assim, o acesso e permanência destas pessoas no ensino regular com suportes adequados para o melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (p.144)

Neste sentido há necessidade da formação de docentes comprometidos com esta perspectiva de ensino, que não é adquirida somente através de conhecimentos acadêmicos, mas também pelas práticas sociais que permitam a transformação de atitudes em relação às possibilidades e habilidades das pessoas com deficiências e necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca de 1994 representou um marco favorável à inclusão, por fortalecer a idéia de que as escolas regulares devem receber todas as crianças, independentemente das dificuldades e diferenças existentes, quer física, social ou lingüística, procurando respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem e elaborando, portanto adaptações curriculares que permitam estratégias de ensino que assegurem uma educação de qualidade; onde a discriminação e o preconceito sejam ressignificados.

No Brasil esta declaração trouxe a possibilidade do surgimento de um cenário de transformações acerca da oferta de atendimento educacional a alunos com necessidades especiais a partir do eixo norteador da inclusão social. No plano de legislação para o Ensino Superior, data de 1994 a portaria 1793, que recomenda a inclusão de disciplina obrigatória que trate dos aspectos ético-políticos da integração das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais nos Cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Assim a disciplina é concebida a partir do pressuposto de educação inclusiva como um espaço de igualdade, liberdade, democracia, participação e autonomia. O campo é propício considerando que esta disciplina possui uma característica singular pelo fato das turmas terem um caráter heterogêneo com alunos de diversas licenciaturas: Química, Matemática, História, Sociologia, Letras. Esta diversidade propicia ao docente da disciplina trabalhar desde o início o próprio processo de respeito à diferença e valorização da identidade do outro, processo este que o futuro professor também vivenciará nas escolas.

No início da disciplina os relatos expressos pelos alunos revelaram que estes, em sua maioria, não conheciam o conceito de inclusão e não imaginavam como seria ter em sua sala de aula alunos com necessidades educativas especiais. Alguns alunos, porém, relataram que apesar das dificuldades, acreditavam em uma educação não apenas “para” todos, mas em uma educação “com” todos.

1. Metodologia

A pesquisa fundamentou-se no modelo participante por permitir trabalhar com princípios não contraditórios: científico e educativo; que na concepção de Demo (2004) o científico vincula-se ao cuidado com a construção do conhecimento nos aspectos metodológicos e epistemológicos porque se pesquisa para fazer conhecimento. E o conhecimento acerca da inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais encontra-se em processo de construção.

Ainda na concepção deste autor, o princípio educativo vincula-se ao valor pedagógico, formativo, implicando questionamento, consciência crítica e incentivo à formação do sujeito, capaz de história própria, sustentação e autonomia crítica e criativa. Corroborando com a concepção freireana de “educadores criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.” (FREIRE, 1996, p.7.).



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

A disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva possui 60 horas distribuídas em aulas expositivas, filmes/debate, vivências, oficinas, trabalho de campo, relatórios e apresentação de aula com tema interdisciplinar. Como conteúdo programático básico a ementa discute inicialmente as questões teóricas acerca de estigma e exclusão social, histórico do atendimento das pessoas com deficiências, introdução aos aspectos legais das políticas públicas para pessoas com necessidades educacionais especiais, com destaque ao atendimento educacional ao alunado com necessidade educacional especial envolvendo práticas pedagógicas contemporâneas baseadas nos conceitos de ajudas técnicas e adaptações curriculares.

A partir dos conteúdos da ementa e dos recursos didáticos empregados, pretendeu-se construir com os alunos uma perspectiva educacional onde educador e educandos, envolvidos num mesmo processo de ensino-aprendizagem pudessem recriar a escola como um espaço do desenvolvimento humano, onde prevaleça o respeito às diferenças em todos os seus aspectos, consolidando assim o projeto da escola inclusiva no espaço universitário.

Em cada aula o professor e monitor da turma registravam no diário de campo as situações vividas pelo grupo: verbalizações acerca de situações de exclusão vivenciadas na história de vida de cada aluno, nas observações do cotidiano de pessoas com deficiência e de diversas barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas, bem como propostas para superação destes impasses no cotidiano da escola.

A diversidade dos temas trabalhados pelos alunos das licenciaturas permitiu ao final do curso que eles apresentassem um mesmo conteúdo sob diferentes olhares, por diferentes caminhos, o que os possibilitou ter uma visão global sobre o que e como determinado conteúdo poderá ser apresentado a alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares. Além de compreenderem que o professor não só transfere conhecimento, como alerta Freire (1996):

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (p.6).

Mas que ele também aprende na relação que mantém com seus alunos. E que cada professor deve pensar em procedimentos que possam ser facilitadores da formação do grupo. De acordo com Freire (1996): “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (p.12).

2. O Cotidiano da Sala de Aula:

2.1- Começando a conversa

O período letivo iniciou com dinâmica de apresentação, onde os alunos verbalizaram suas concepções iniciais acerca da expectativa desta disciplina em seus currículos.

“Prática Pedagógica de Educação Inclusiva, este era o nome da matéria obrigatória presente em nossa grade curricular! Mas que tipo de matéria seria essa?” (aluna do Curso de Química).

2.2- Debatendo o preconceito



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

A primeira intervenção metodológica foi a exibição do filme “Olhos Azuis” que abordou o princípio teórico de que o preconceito é socialmente criado. A partir da exibição houve um debate aberto, no qual cada um se expressou acerca das imagens e diálogos do vídeo, mas também acerca de suas experiências pessoais em relação a algum preconceito.

“Na aula de Educação Inclusiva passei por uma experiência única que foi a de perceber o quanto podemos, com simples atos, fazer com que uma pessoa se sinta integrada no mundo social dos humanos. Aprendi também que as pessoas com necessidades especiais (não falo mais deficientes físicos ou mentais, por causa das aulas também) são apenas ‘outros’ e eu para eles sou apenas ‘outro’ ser humano. Biologicamente somos iguais, mas vitalmente diferentes. Sei que como educador possuo a tarefa inigualável de saber que a educação não é somente para pessoas, mas sim para todas as pessoas, e que é possível, mesmo com tantas diferenças, conseguir educar qualquer ser humano para que ele adquira os conhecimentos do mundo” (aluno do curso de História).

“Ao estudar numa escola com crianças deficientes observei a intolerância humana. Havia uma turma formada apenas por alunos com síndrome de Down. Inicialmente aquelas crianças participaram do recreio normalmente. As outras crianças, ao contrário de brincar com elas, batiam e provocavam os deficientes. Após um tempo eles não participavam mais do recreio. Ficavam na sala. Por ser criança, não percebia o absurdo do ato, e após certo tempo de afastamento, aqueles alunos deficientes foram esquecidos pelos outros.” (aluna do curso de História).

2.3- Apresentando os alunos com necessidades educativas especiais

As aulas expositivas apresentaram as características das necessidades educativas especiais, bem como as intervenções pedagógicas e as adaptações curriculares para a garantia do acesso ao currículo a educandos com deficiências cognitivas, sensoriais, físicas, condutas típicas e altas habilidades. Nesta perspectiva os alunos vivenciaram também oficinas de Língua Brasileira de Sinais, de Braille, de Ledores de Tela, de Orientação e Mobilidade.

“Agora posso pensar no que irei fazer para ajudar um aluno cego, surdo, mudo ou com atraso mental a se inserir em sala de aula. Fazer uso de brinquedos, mapas em alto relevo, música, teatro e animação ajudariam a todos os tipos de aluno, não somente aos deficientes...” (aluna do Curso de Ciências Biológicas).

“A impossibilidade de caminhar não significa impossibilidade de se locomover, não enxergar não significa não ver, não poder ouvir não significa não escutar, não poder falar não significa não se expressar- enfim, a incapacidade de uma ação não mina a possibilidade de outra em um indivíduo com alguma limitação. A igualdade não implica que todos devam experimentar o mundo da mesma maneira, mas sim permitir a cada diferença experimentar seu mundo, com seu gosto especial.” (aluno do Curso de História).

“Além de aprendermos com a vida dos outros, tivemos uma aula em que devíamos ficar com os olhos vendados e andar pelos corredores da faculdade seguindo as orientações de um outro aluno e assim de fato podendo viver um pouco do que as pessoas com deficiência visual vivem todos os dias. Aprendemos como ajudar, como orientar, como devemos guiar, ou seja, nos mantendo sempre a frente da pessoa, quais as palavras que devemos usar, evitando falar “ali”, pois é como não levássemos em consideração que a pessoa não enxerga.” (aluna do Curso de Química).



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

3.4- Construindo aulas inclusivas: Vivenciar a inclusão e propiciar a inclusão

A avaliação dos alunos foi processual, com ênfase na participação e proposta de uma aula final em grupo em que alunos de formações diversas deveriam apresentar um conteúdo sob vários enfoques e adaptado para alunos com necessidade especial.

“Chegando ao fim do período, tivemos que dar uma aula interdisciplinar, no meu caso, envolvendo história, química e biologia. Por um momento achei que fosse ser bem difícil, quase impossível, pois para nós da química tem coisa que já é muito difícil, pois temos que imaginar e visualizar muitas coisas e dessa forma, como seria então possível fazermos tal aula? Felizmente, parece que este trabalho veio para desmistificar aquilo que muitos, inclusive eu achava, pois acabamos escolhendo dar aula para pessoas com deficiência visual e para que ficasse ainda mais real, pedimos para que todos na sala ficassem de olhos fechados. Fizemos um modelo atômico, usando isopor, purpurina, fita isolante para que as pessoas através do tato pudessem sentir o que explicávamos segundo a teoria de Thompson e posteriormente de Rutherford em relação ao átomo. Nesse mesmo trabalho, as pessoas do meu grupo de biologia, pediram para que todos ficassem em pé e juntos formassem uma coroa de espinhos, muito presente nas festas juninas e que uma pessoa ficasse no meio, ou seja, quem ficasse formando a tal coroa representaria a membrana plasmática e a pessoa que estivesse no interior seria o núcleo celular e assim explicaram que dentro da célula ocorrem diversas reações químicas que são compostas por átomos e aí houve toda uma explicação. Dessa forma, concluí que não só eu aprendi a lidar com as pessoas com a deficiência, mas também aprendi a encontrar um meio e ver que é totalmente possível incluí-las em uma aula e na própria sociedade, reconhecendo tamanha importância na matéria que no início não passou de mais uma matéria obrigatória de educação e que veio a ser um grande aprendizado para a mim.” (aluna do Curso de Química).

3.5- Percebendo a importância da disciplina na formação pessoal e profissional:

Durante as aulas os alunos expressaram a tomada de consciência acerca das mudanças ocorridas em suas atitudes.

“Antes de começar a disciplina eu não tinha noção do quanto ela tornaria para a turma de maneira geral uma experiência única para todos. Aprendi muito com a disciplina de educação inclusiva. Todos participando de uma maneira bastante ativa. Cada um dando suas contribuições pessoais ou vivenciadas dos problemas discutidos dentro de sala.” (aluno do Curso de Ciências Biológicas)

“Prática Pedagógica de Educação Inclusiva, este era o nome da matéria obrigatória presente em nossa grade curricular! Mas que tipo de matéria seria essa? Com certeza uma matéria de educação, mas o que ela abordaria? De que forma iríamos usá-la? Como iríamos transpor o que ali aprendêssemos para uma sala de aula? Depois de muito debate entre as pessoas da minha turma, resolvemos pegar tal matéria, sendo que eu e alguns outros chegamos até a trancar e depois pedir reinscrição na disciplina devido a alguns conflitos de horário. Enfim, as aulas começaram e eram às sete da manhã com quatro tempos. Durante algumas aulas, bem no início, eu sinceramente achava tudo bem chato, pois não via muita aplicabilidade das coisas ditas no meu dia-a-dia nem em termos de sala de aula. Entretanto com o tempo, as coisas foram fazendo mais sentindo, tendo em vista que a matéria abordava a forma como devemos tratar e saber lidar com pessoas que possuem certas deficiências seja ela mental, auditiva, visual, física e etc. Com o



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

decorrer do tempo era impressionante como passamos a nos identificar com algumas situações, com alguns exemplos e como algumas pessoas chegaram até a contar seu testemunho em plena aula. Falávamos de pessoas que tinham deficiência e da dificuldade encontrada em se relacionar, como essas pessoas eram vistas e tratadas, como elas aprendiam, se é que conseguiam tendo em vista que alguns professores repreendiam ou nem se quer ligavam para elas e como as mesmas deveriam se sentir devido a tanta indiferença. Duas alunas contaram suas histórias de vida e que foram bem marcantes. Uma tinha certa deficiência visual e contou que tinha dificuldade, como por exemplo, enxergar coisas que estavam distantes, identificar numero de ônibus, preconceitos vivenciados, como os professores a tratavam e como os amigos a ajudavam. A outra tinha déficit de atenção, não conseguia prestar atenção na aula, a professora dava um comando, por exemplo, passar o lápis sobre os pontinhos que formavam as letras e ela não conseguia, ela lia as coisas de cabeça para baixo, sofreu muito preconceito em relação aos professores e também em relação aos amigos que não sabiam muito como lidar com ela, além de receber vários bilhetes no caderno por não conseguir fazer as atividades”. (aluna do Curso de Química)

“Eu, como estudante de História, entendo o estudo a Prática Pedagógica de Educação Inclusiva como fundamental para minha formação como professor, já que tendo aprendido uma noção de como relacionar o aprendizado da minha disciplina às adequações para pessoas com necessidades especiais, eu irei ter uma base mínima de como fornecer um estudo relativamente igualitário para situações em que eu precise me adequar a alunos com necessidades especiais.” (aluno do Curso de História)

“A disciplina ajudou a desmistificar algumas questões com relação aos deficientes e as próprias deficiências, como por exemplo, que deficiente mental não pode ou tem dificuldades de aprende. Fica claro para mim, que um dos grandes problemas relacionados a isso, é a falta de conhecimento com relação as deficiências, e isso gera quase todos os preconceitos. A disciplina é válida nesse sentido, por esclarecer e consequentemente facilitar a atuação do professor e sua relação com um aluno deficiente.” (aluna do Curso de Ciências Sociais)

Considerações finais

A partir das discussões e reflexões de princípios norteadores da educação inclusiva e adaptações curriculares que garantam o acesso e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, verificou-se durante a disciplina um novo conceito em educação inclusiva, ou seja, uma pedagogia da inclusão, onde o conceito de educação “para” todos; passa para o de uma educação “com” todos, onde a relevância da diversidade em sala de aula é o fator preponderante para a efetivação da educação inclusiva.

O trabalho pedagógico precisa contribuir para que os alunos com necessidades educativas especiais tenham a oportunidade de estruturar sua relação com o conhecimento de maneira a tornarem-se íntegros enquanto indivíduos e enquanto classe. Segundo Freire (1996):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996. p.12).



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2

A disciplina mostrou que a educação inclusiva é um processo que abrange todas as pessoas e não apenas as que possuem deficiência aparente, logo todos ganham com a convivência, pois o aluno é a prioridade. O processo de inclusão só irá acontecer efetivamente quando os alunos com necessidades educativas especiais estiverem em sala. Não se aprende lendo ou estudando, mas fazendo, praticando, isto através de uma educação que ajude a transformar a sociedade em algo mais solidário.

“Quando iniciei a disciplina nunca tinha pensado sobre educar alunos especiais. Pensava que somente professores especializados tinham esta permissão, e os alunos que se matriculavam em escolas comuns, estavam destinados à marginalização educativa. Aprendi que não há complexidade, somente uma disposição de adaptar metodologias, fugindo do tradicional e indo em direção ao lúdico. Facilita o aprendizado dos demais alunos e dá oportunidade de desenvolvimento aos alunos deficientes, permitindo igualdade de condições na escola e na vida” (aluna do Curso de Química)

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Declaração de Salamanca: enquadramento de ações para alunos com necessidades educativas especiais.** Disponível no site www.mec.gov.br. Acessado em julho de 2007.

_____. **Portaria 1793 de dezembro de 1994.** Disponível no site www.mec.gov.br. Acessado em julho de 2007.

FERNANDES, E. M.; GLAT, R.; ORRICO, H.; REDIG, A. G.; FEIJÓ, G. A inclusão de pessoas com necessidades especiais através dos projetos de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva da UERJ. In: **Revista Interagir: pensando a extensão.** n° 7. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2005.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos.** Brasília: LiberLivro Editora, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2